

PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR: UMA ANÁLISE DOS BENEFICIÁRIOS EM 2015 DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE ALMAS-TO

FAMILY FINANCIAL PLANNING: AN ANALYSIS OF THE BENEFICIARIES IN 2015 OF THE FAMILY BAG PROGRAM IN THE MUNICIPALITY OF ALMAS-TO

Erivelton Alves Dias ¹
Josivaldo Alves da Silva ²

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS. erivelton.alvesdias@gmail.com ¹

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins-UFT; Especialista Lato Sensu em Docência do Ensino Superior; MBA em Planejamento e Gestão Empresarial; Graduado em Administração; Professor 40 horas Universidade do Tocantins-Unitins - Câmpus Dianópolis; Pesquisador orientador de iniciação científica PIBIC/PIVIC. josivaldoadm@yahoo.com.br ²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de conhecer as estratégias utilizadas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família do Município de Almas/TO, para estabelecer um planejamento financeiro familiar compatível com a situação econômica dessa classe social. Os objetivos específicos são: Averiguar o valor e origem das fontes de renda dos beneficiários do Programa Bolsa Família; Identificar a finalidades de gastos do dinheiro do Programa Bolsa Família pelos beneficiários; analisar como é feito o planejamento financeiro das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os tipos de pesquisa foram: documental, bibliográfica, exploratória e de campo. O método empregado na coleta de dados é quantitativo. O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado misto com nove questões abertas e fechadas, que extraiu uma amostra aleatória representativa de 21, ou seja, 2,2% de um universo de 1.039 beneficiários. As coletas foram realizadas no mês setembro de 2015. No estudo foi constatado que, a maioria dos beneficiários sobrevivem unicamente dos repasses do Bolsa Família.

Palavras-chave: Planejamento Financeiro Familiar; Contabilidade Pessoal; Programa Bolsa Família.

Abstract: This article aims to know the strategies used by beneficiaries of the Family Grant Program of the Municipality of Almas / TO, to establish a family financial planning compatible with the economic situation of this social class. The specific objectives are: To ascertain the value and origin of the sources of income of the beneficiaries of the Bolsa Familia Program; Identify the purposes of the Bolsa Familia Program's money expenditures by the beneficiaries; to analyze how the financial planning of the beneficiary families of the Bolsa Familia Program is done. The types of research were: documentary, bibliographic, exploratory and field. The method used in data collection is quantitative. The data collection instrument was a mixed structured questionnaire with nine open and closed questions, which extracted a representative random sample of 21, that is, 2,2% of a universe of 1.039 beneficiaries. The collections were carried out in September 2015. In the study it was found that the majority of the beneficiaries only survived the onlendings of Bolsa Familia.

Keywords: Family Financial Planning; Personal Accounting; Family Grant Program.

Introdução

A contabilidade é a “alma” da organização, nela ficam registrados todos os atos e fatos. Entretanto, as entidades familiares também precisam saber lidar e gerenciar seu patrimônio a partir da aplicação de técnicas contábeis de planejamento, orçamento e análise, de modo que a família poderá se beneficiar a curto, médio ou longo prazo, proporcionando, assim, melhor aproveitamento dos recursos financeiros e satisfazendo as necessidades de um lar, controlando as receitas e despesas. Estas ações coordenadas sistematicamente consistem em um planejamento financeiro familiar.

Dessa forma, a iniciativa para escrever esse artigo com o tema “o planejamento financeiro dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Almas, Estado do Tocantins”, surgiu ao perceber a importância do planejamento financeiro familiar e orçamento doméstico para a sustentabilidade econômica das famílias de baixo poder aquisitivo. O emprego dos recursos financeiros no âmbito familiar ou pessoal exerce influência na forma de vida do indivíduo. Assim, o estudo de um grupo específico de pessoas pode contribuir para o conhecimento e entendimento dos aspectos envolvidos no hábito de realizar o planejamento financeiro familiar.

Do mesmo modo, estabelecer um planejamento financeiro é essencial para o melhor uso do dinheiro, principalmente para as pessoas de baixa renda. Diante desse contexto, surgiu a ideia de executar um estudo científico que poderia identificar como as famílias utilizam suas receitas e despesas, tendo como classe social de estudo as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no Município de Almas/TO.

Na problemática da pesquisa, questiona-se: quais as estratégias utilizadas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família do Município de Almas/TO, para estabelecer um planejamento financeiro familiar de curto, médio e longo prazo? Já na hipótese, os beneficiários do Programa Bolsa Família de Almas/TO estabelecem um planejamento financeiro a curto médio e longo prazo.

Dessa forma, o objetivo central da pesquisa é conhecer as estratégias utilizadas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família do Município de Almas/TO, para estabelecer um planejamento financeiro familiar compatível com a situação econômica dessa classe social.

Além disso, os objetivos específicos são: averiguar as fontes de renda dos beneficiários do Programa Bolsa Família; verificar as finalidades das despesas pessoais das famílias diretamente beneficiadas no Programa Bolsa Família e analisar como é feito o planejamento financeiro das famílias beneficiárias do programa.

Contudo, o presente trabalho pretende verificar a prática e a importância do planejamento financeiro familiar, buscando conhecer as vantagens e a veracidade dos métodos. O tema foi escolhido por interagir diretamente com a necessidade de uma organização pessoal das receitas e despesas familiares, que ainda é pouco estudada e divulgada no contexto acadêmico.

Este artigo está estruturado na seguinte ordem: a primeira parte discute os pressupostos teóricos do planejamento financeiro e familiar. Em seguida, inicia-se um estudo sobre as diferenças entre o orçamento familiar e o empresarial, e o Programa Bolsa Família suas dimensões e o processo de gestão, fechando a parte conceitual para, posteriormente, expor a metodologia aplicada no trabalho, seguida análise dos resultados e considerações finais.

Planejamento financeiro familiar

O planejamento financeiro é uma condição necessária para o indivíduo alavancar o sucesso pessoal. O destino financeiro do indivíduo está diretamente relacionado ao estabelecimento de conexões entre Educação Financeira e o planejamento e orçamento doméstico.

Além disso, o planejamento financeiro significa um conjunto de medidas adotadas pelas pessoas para estabelecerem e seguir uma estratégia, visando atingir objetivos voltados para curto, médio ou longo prazo (SILVA, 2012).

Em outras palavras, Macedo (2013) afirma que o planejamento financeiro é o processo o indivíduo faz para gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal. Permite controlar a situação financeira para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida. Inclui programação de orçamento, racionalização de gastos e otimização de investimentos.

Por outro lado, Ross (1998) enfatiza que o planejamento financeiro formaliza a maneira pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Na prática, um plano financeiro constitui-se

em uma declaração do que a pessoa deve realizar no futuro.

De acordo com a Fundação Brasileira de Contabilidade (2017), planejar as finanças de uma pessoa ou família é uma tarefa simples, mas que exige um pouco de tempo e organização. Um aliado no planejamento é o orçamento, uma ferramenta que mostra de forma antecipada as receitas e despesas que ocorrerão em um determinado período. Portanto, deve-se fazer um orçamento familiar para viver dentro das possibilidades financeiras de cada família.

Carneiro (2014), recomenda que as famílias devem fazer seu planejamento e controle financeiro. Do contrário, os gastos poderão se tornar maiores que a renda familiar, passando a ser financiados por meio do endividamento alto que pode fazer com que as famílias se tornem inadimplentes. Nesse sentido, as estratégias que as famílias devem adotar para estabelecer um planejamento financeiro familiar de forma cooperada são:

Reunião familiar e discuta esse tema com toda a sua família, pois a participação de todos é fundamental. Nesse sentido, faça designações pontuais para os membros da família para auxiliar na redução dos gastos. Por exemplo: seu filho caçula pode ficar responsável por apagar as luzes que estão desnecessariamente acesas, reduzindo assim a sua conta de energia elétrica; (FBC, 2017, p 21).

Na mesma perspectiva, Macedo (2013) aponta que em uma família cada pessoa, com seus pensamentos, decisões e ações acerca do dinheiro, geram uma força diferente. Essas pessoas, que formam a família, podem escolher unir essas forças ou usá-las de forma independente, cada um a seu favor. Funciona como em um vetor, que é uma força em determinada direção. Para que o planejamento financeiro dê certo, é preciso que todos estejam alinhados no sentido planejado. Se isso não ocorrer, o plano precisa ser revisto.

Entretanto, Carneiro (2014) aponta como um exemplo uma família com cinco pessoas, que apesar dos pais serem os gestores, é importante que os filhos também participem da definição dos tipos dos valores das despesas. Do contrário, eles não se sentirão comprometidos e motivados a participar do processo de controle. Diante do exposto, na seção seguinte serão abordados os aspectos teóricos e conceituais dos orçamentos familiar e empresarial.

As diferenças entre o orçamento familiar e o empresarial

Para Macedo (2013) orçamento familiar, não é nada mais do que um plano de gastos e poupança, “fazendo um filme” de suas receitas e despesas durante o mês. Mesmo que isso pareça uma tarefa um tanto desagradável, elaborar um orçamento é necessário porque todo mundo tem gastos controlados.

No mesmo sentido, Carneiro (2014) descreve que o orçamento familiar é um instrumento, ou seja, um meio que pertence à ciência das finanças pessoais, que visa fazer com que as famílias façam a gestão de seus recursos financeiros de forma mais eficaz, ou seja, fazendo com que atinjam seus objetivos econômicos.

Dessa forma, o orçamento é um exercício mental do indivíduo com o propósito de gerenciar a sua realidade financeira, a partir da correlação dos valores a receber com as despesas pessoais do dia a dia.

Na mesma perspectiva, Carneiro (2014, p. 29) assim conceitua orçamento:

O conceito de orçamento como instrumento de planejamento e controle surgiu nas empresas, portanto, antes de se abordar o orçamento familiar, é importante que seja apresentada a origem do orçamento empresarial. Partindo do princípio que as pessoas devem cuidar de suas finanças de forma mais profissional, como se fossem uma empresa, esses conceitos iniciais se tornam imprescindíveis.

Partindo da premissa, o orçamento familiar tem como base o orçamento empresarial, segundo Lunkes (2009) *apud* Carneiro (2014, p. 30) afirma que “esse processo pode ser definido

como um plano dos processos operacionais para um determinado período”.

Por outro lado, Marques (2001), sustenta que o orçamento empresarial é um plano financeiro estratégico de uma administração para determinado exercício. O orçamento geralmente é anual, mas também pode ser mensal, trimestral, plurianual. Sendo assim, o orçamento pode ser descrito como um conjunto de planos financeiros com o objetivo de programar a estratégia da organização em determinado período de tempo.

Na concepção de Police (2014), qualquer empresa, por menor que seja procura fazer um orçamento. Isso acontece porque o planejamento de uma ação exige que se façam estimativas para que sejam comparadas à realidade. Com essa comparação, pode-se verificar se está indo no caminho que se traçou ou não.

Nesse aspecto, Macedo (2013) aponta que mesmo que pareça um tanto desagradável, elaborar um orçamento é necessário porque todos têm gastos controlados. Se a pessoa não tiver domínio sobre seu fluxo de caixa, ficará desorganizado financeiramente.

Em síntese, Lacombe (2004) define o orçamento empresarial como um produto resultante do processo de orçar em números os planos, programas, projetos comprometendo os recursos para a sua execução determinando o período para o seu desembolso. Já o orçamento familiar na prática, pode ser adotado as mesmas estratégias ficando resguardadas as proporções dos recursos envolvidos. Na seção seguinte, serão apresentados os pressupostos históricos, legais, conceituais e condicionantes do Programa Bolsa Família.

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pelo Governo Federal em 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Constitui-se em um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil (PROGRAMA..., 2013).

Além disso, o Programa Bolsa Família é normatizado por um manual padrão que estabelece que as famílias que participam do programa recebem diretamente, todo mês, recursos financeiros do Governo Federal. Ao participarem do Programa Bolsa Família cumprem compromissos nas áreas de saúde, educação e assistência social. Na verdade, essas contrapartidas são simplesmente o exercício de seus direitos sociais.

Desse modo, verificar-se que o Programa Bolsa Família constitui-se numa política pública de proteção social tendo como finalidade assegurar a realização dos direitos sociais, descritos pelo artigo 6º da Constituição Federal que assim estabelece que:

São direitos Sociais e educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 1988).

Entretanto, o Programa Bolsa Família unificou os programas de transferência de renda do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás), também chamados Programas Remanescente. Isso permitiu atender mais famílias em todo o País, além de evitar que muitas famílias recebessem vários benefícios, enquanto outras não recebiam nenhum recurso (APOSTILA PBF..., 2009).

Contudo é importante considerar, ainda, que o Bolsa Família é um dos programas que fazem parte do Fome Zero. Este pode ser definido como uma estratégia impulsionada pelo Governo Federal para assegurar o direito aos brasileiros o acesso à alimentação adequada, principalmente às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Essa estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável (MINISTÉRIO..., 2015).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os principais objetivos do Programa Bolsa Família são: a) Combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; b) Promover o acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial os de saúde, educação e assistência social; c) Apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação

de pobreza e extrema pobreza; d) Combater a pobreza e a desigualdade; e) Incentivar que os vários órgãos do poder público trabalhem juntos nas políticas sociais que fortaleçam as famílias a superarem a condição de pobreza (MDS, 2009).

Nesse aspecto, as características do PBF são: a) Foco na família; b) Benefício pago preferencialmente à mulher; c) Pagamento direto à família (cartão magnético); c) Autonomia no uso dos recursos; c) Compromisso das famílias na saúde e educação; d) Integração com programas estaduais e municipais; e) Participação da sociedade (Instâncias de Controle Social) (MDS, 2015).

O Programa Bolsa Família é fundamentado nas diretrizes definidas na Constituição Federal de 1988, que se estruturou com base nos princípios do enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, proteção social à família não contributiva, proteção social à família, intersetorialidade, gestão descentralizada e inclusão Social (PBF, 2013).

Dessa forma, compreende-se que o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social é de responsabilidade de todos os entes federados, ou seja, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A proteção social não contributiva é o conjunto de estratégias públicas que buscam assegurar aos brasileiros o livre acesso a serviços, programa, projetos e benefícios, independentemente de qualquer contribuição (PBF, 2013).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a gestão do Programa Bolsa Família é distribuída com a União, Estados e Municípios que trabalham em conjunto para gerir, aperfeiçoar, implementar, ampliar e fiscalizar o Programa em comento. Afinal, está na Constituição Federal de 1988: as três esferas de governo têm responsabilidade no combate à pobreza e à desigualdade. Bolsa Família, transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde e à educação (MDS, 2015).

As dimensões do programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família estrutura-se por meio de três dimensões, que, pensadas de forma articulada, contribuem para a superação do ciclo de reprodução da pobreza nas famílias, de uma geração para outra. Para cada dimensão, há uma ação relacionada às escolas (PBF, 2013).

A primeira dimensão tem o objetivo de intermediar de qualquer natureza a transferência direta de renda, na medida em que auxilia rapidamente as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza, sendo que, não é a única dimensão essencial para o Programa Bolsa Família atingir seus objetivos.

A segunda dimensão, cumprimento de condicionalidades, é compromisso assumido pelas famílias e pelo poder público. O acesso aos serviços de saúde e de educação é um direito básico e condição fundamental para permitir o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza (MDS, 2015).

Esses compromissos devem ser vistos ao mesmo tempo como direitos e deveres: direitos: o acesso aos serviços de saúde e educação está garantido pela Constituição Federal; deveres: para receberem o benefício mensal, as famílias devem atender a todas as condicionalidades, garantindo assim escola para crianças e jovens e saúde para todos os membros da família (MDS, 2009).

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são: na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. (MDS, 2015).

As notificações são enviadas pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), via Correios, às famílias em situação de descumprimento. Ao mesmo tempo é disponibilizada ao gestor municipal do Programa Bolsa Família, na central de sistemas da SENARC, a listagem de descumprimento das famílias.

Caso o beneficiário discorde de um efeito aplicado sobre seu benefício seja por ter justificativa pelo descumprimento ou por ter cumprido a condicionalidade e possuir provas quanto

a isso. Ele poderá entrar com um recurso contra o efeito. O recurso deverá ser apresentado pelo Unidade Familiar ao Gestor Municipal do PBF, que é responsável por deferir ou indeferir o recurso apresentado (MDS, 2015). A terceira dimensão esboça sobre ações complementares que tem como objetivo gerar oportunidade para auxiliar as famílias na superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontram (PBF, 2013).

Existem, ainda, programas complementares que buscam uma categorização que permitisse organizar os programas desenvolvidos pelo nível federal em quatro categorias: acesso ao conhecimento, categoria na qual estão relacionados os programas associados à alfabetização de jovens e adultos, incremento dos níveis de escolaridade e de conhecimento dos membros das famílias e educação técnica e profissional.

Acesso ao trabalho e à renda, categoria na qual estão relacionados os programas associados à capacitação e qualificação profissional, à intermediação de mão de obra de melhoria de condições habitacionais; acesso a microcrédito para o fomento a micro empreendimentos. Melhoria das condições habitacionais e da infraestrutura, categoria na qual estão relacionados programas associados à melhoria da qualidade da habitação e serviços básicos a ela diretamente relacionados saneamento básico, água encanada, eletrificação.

Direitos de Cidadania, categoria na qual estão relacionados programas associados ao exercício dos direitos civis e políticos dos cidadãos e aos serviços de proteção básica de Assistência Social que incluem as famílias do PBF. Nessa categoria também se inclui o acesso aos bens e produtos culturais, como bibliotecas, museus, (MDS, 2015).

Os Programas Complementares ao Programa Bolsa Família são definidos como ações direcionadas às famílias beneficiárias do Programa e àquelas inscritas no CADÚNICO (Cadastro Único) que tenham como objetivo o desenvolvimento de capacidades e a oferta de oportunidades para auxiliar na superação da situação de vulnerabilidade social existente nos municípios (PBF, 2009).

Os programas complementares são planejados em três etapas: diagnóstico, planejamento e execução e acompanhamento dos resultados. O diagnóstico começa pelo levantamento de dados socioeconômicos da população a ser atendida, como condições de habitação e saneamento, perfis de idade e composição familiar, renda, situação de emprego. Torna-se possível, assim, identificar em linhas gerais as situações de vulnerabilidade a serem atendidas (PBF, 2013).

O processo de gestão e operacionalização de benefícios Programa Bolsa Família

A Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família consiste num conjunto de processos e atividades que garantem a continuidade da transferência de renda às famílias beneficiárias do Programa. Ela compreende as atividades de bloqueio, desbloqueio cancelamento, reversão de cancelamento, suspensão e reversão de suspensão de benefícios, em conformidade com os dispositivos da legislação vigente (MDS, 2015).

Nesse aspecto, é importante salientar que existem duas formas de realizar as atividades de gestão de benefício, qual seja as de Gestão Descentralizada e Centralizada. Gestão Descentralizada é quando os municípios que possuem o termo de Adesão publicado no Diário Oficial da União, poderão realizar as atividades de gestão de benefícios diretamente no módulo municipal do Sistema de Gestão de Benefício (SIBEC), via internet.

Dessa forma, O bloqueio de benefícios consiste numa ação do MDS ou do gestor municipal, ocorre o bloqueio do benefício financeiro da família, da criança ou do jovem do programa. o benefício com situação "bloqueado" consta na folha de pagamento, porém essa situação impede a liberação do benefício (MDS, 2013).

O desbloqueio de benefícios consiste na liberação das parcelas de pagamentos de benefícios anteriormente bloqueados sem prejuízo do prazo de noventa dias para saque, liberando assim as parcelas de pagamentos dos meses subsequente (MDS, 2015). Suspensão de Benefícios ocorre em decorrência de descumprimento de condicionalidades. A SENARC executa essa atividade.

O cancelamento de benefício é uma ação do MDS ou do gestor municipal, ocorrendo assim, o cancelamento do benefício financeiro familiar, da criança e do jovem do Programa. Reversão de benefício é quando os beneficiários do PBF que estejam na condição de cancelado ou suspenso

voltem a serem pagos a uma determinada família. (MDS, 2015).

O Programa Bolsa Família no Estado do Tocantins

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2015), os Estados possuem um papel fundamental na gestão do Programa Bolsa Família, apoiando os Municípios para a implementação do Programa. Além disso, implementam programas complementares para as famílias beneficiárias, focando nas atividades de geração de trabalho e renda e de apoio às atividades produtivas.

Assim, é responsabilidade dos estados informar aos municípios sobre a utilização do Cadastro Único, bem como promover a capacitação dos municípios e fornecer infraestrutura para a transmissão de dados aos municípios.

Sobretudo, é importante destacar que para obter detalhes acerca do Programa Bolsa Família no Estado do Tocantins, foi solicitado informações junto a SETAS (Secretaria do Trabalho e Assistência Social). No entanto, até a conclusão desse trabalho não se obteve resposta.

Com o objetivo de entender o sistema de funcionamento do Programa Bolsa Família no Município de Almas, Estado do Tocantins, entrevistou-se a gestora Luana Fonseca Costa Lorandos, que emitiu as informações a seguir.

Sobre como é feito o cadastramento de pessoas para inserir no programa no Município de Almas, a gestora assim opinou:

É realizada uma busca ativa por famílias que se enquadram no perfil do programa, em que se realiza uma visita na residência pela equipe do PBF ou quando alguém informa sobre alguma família que talvez se enquadre no perfil, mas, geralmente, como a cidade é muito pequena, as pessoas já comparecem no prédio do CRAS (Centro de Referências e Assistência Social), onde se localiza o núcleo de gestão do PBF do município. A parte interessada comparece ao CRAS, munido de todos seus documentos pessoais, em que passa por uma entrevista, sendo preenchidos todos os seus dados em um caderno chamado de cadastro único – CADÚNICO. (QUESTIONÁRIO, ALMAS/2015).

Sobre os critérios adotados para a definição dos valores que os beneficiários terão direitos a receber, a gestora assim opinou:

[...] As repostas são autodeclaratórias, são alimentadas no sistema e analisadas para saber em qual modalidade do benefício o perfil da família se encaixa, e considerando também as condicionalidades impostas pelo programa. Se a família for beneficiária, receberá pelos correios o cartão vinculado a uma conta da caixa econômica federal, em que poderá retirar o benefício todo mês, até o prazo de 2 anos, até que os beneficiários terão que fazer a atualização de suas informações. Além da divulgação dos beneficiários pelo site da caixa econômica, também é exposta uma cópia todo mês no placar do prédio do CRAS e da Prefeitura Municipal, obedecendo assim o princípio da transparência. Há uma preocupação na veracidade das informações fornecidas pelos beneficiários, pois é importante saber se realmente o interessado necessita do benefício, pois existe um limite máximo de beneficiários por município, onde pode acontecer de alguém está recebendo e outra que realmente precisa não, ou alguém que já não precisa do auxílio, pois, sua renda já melhorou, e está recebendo. Nesse caso, o beneficiário pode fazer o desligamento voluntário, coisa que raramente acontece, por isso a importância da atualização dos dados. A obrigação do gestor é analisar o cadastro e identificar se houve

omissão de informação. Se houver, o mesmo não é autorizado (QUESTIONÁRIO, ALMAS/2015).

Sobre a possibilidade de bloqueio do cartão de benefício, a gestora assim opinou:

O bloqueio dos benefícios pode acontecer por vários motivos, como algum descumprimento de algumas condicionalidades, atualização dos dados, ou até pelo motivo do não saque do benefício, acumulando parcelas, quando acontecer o beneficiário deve procurar o gestor do programa no município (QUESTIONÁRIO, ALMAS/2015).

Conforme a opinião da gestora do Programa Bolsa Família de Almas/TO, o sistema de funcionamento dessa política pública no Estado do Tocantins, obedece a uma diretriz nacional de forma redistributiva. Nesse sentido, as políticas redistributivas procuram atingir grandes contingentes sociais, mas consequentemente acarretam equitativamente perdas e ganhos (SECCHI, 2013). Na seção seguinte, será apresentada a metodologia deste artigo.

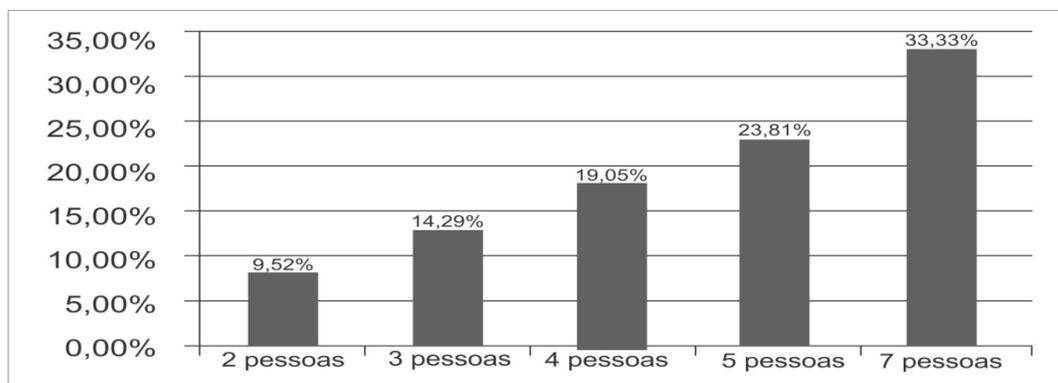
Este trabalho, de caráter exploratório, descritivo. Os tipos de pesquisa utilizadas na coleta de dados foram: documental, bibliográfica e pesquisa de campo. O método escolhido é essencialmente quantitativo. O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado misto com oito questões abertas e fechadas, aplicado presencialmente pelos pesquisadores.

Na coleta dos dados, extraiu-se uma amostra aleatória representativa de 21, ou seja, 2,2% de um universo de 1.039 beneficiários. Para um melhor entendimento de como se dá o processo de gestão do Programa Bolsa Família no Município de Almas/TO, foi realizada uma entrevista com a gestora responsável Luana Costa Lorandos. A escolha desses respondentes deu-se pelo fato de estarem devidamente cadastrados no Programa Bolsa Família de Almas/TO, de forma que os resultados desta pesquisa possam apresentar um bom panorama dos resultados dessa classe social.

A abordagem a gestora do Programa Bolsa Família de Almas, foi feita pessoalmente pelos pesquisadores, por meio de uma entrevista gravada e transcrita em formato de texto, não havendo alteração da fala da entrevistada. As coletas dos dados foram realizadas no mês setembro de 2015. Posto isso, a seguir serão apresentados os resultados deste artigo.

Partindo das questões expostas, procurou-se averiguar os resultados alcançados para compreender as estratégias utilizadas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família do Município de Almas/TO, para estabelecer um planejamento financeiro familiar.

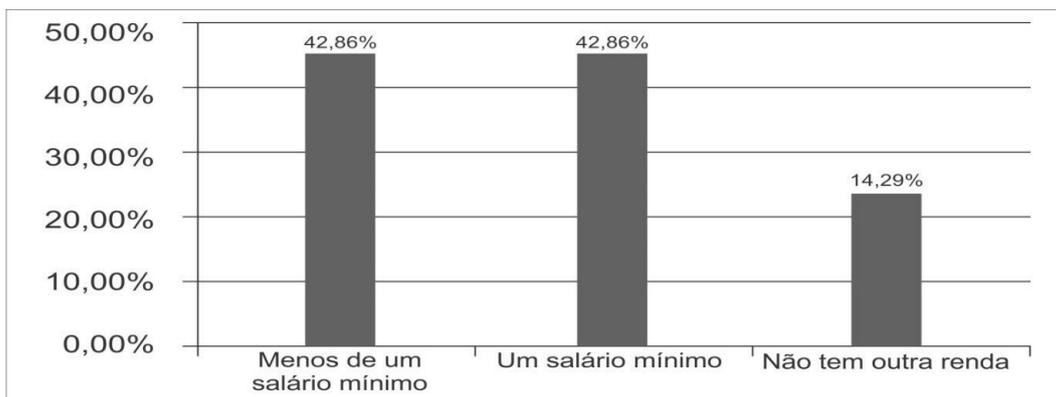
Gráfico 01: Sobre a quantidade de pessoas mora na mesma residência dos beneficiários do Programa Bolsa Família:



Fone: Questionário Programa Bolsa Família/Almas/TO setembro/2015.

Com base no gráfico acima, pode-se deduzir que mais da metade das famílias beneficiárias possuem entre cinco e sete integrantes.

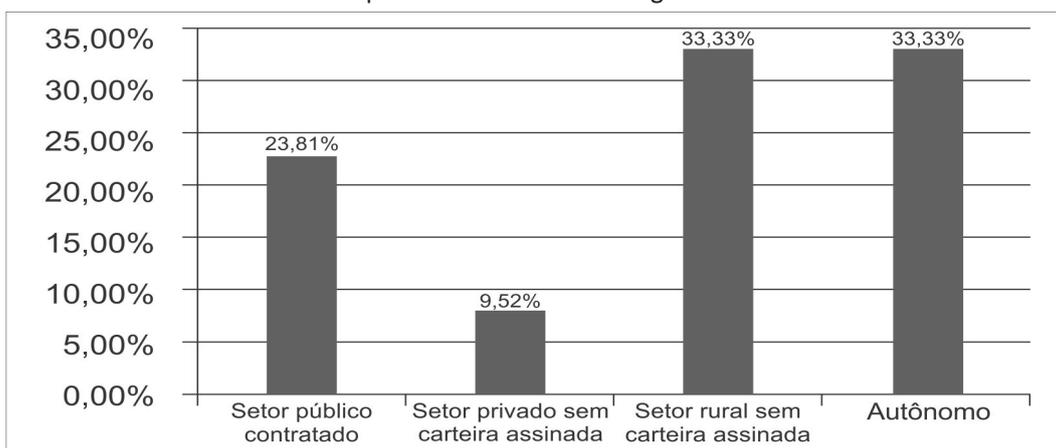
Gráfico 02: Sobre o valor da renda mensal das famílias beneficiárias:



Fone: Questionário Programa Bolsa Família/Almas/TO setembro/2015.

Conforme evidente no gráfico acima, a maioria absoluta das famílias dos entrevistados, recebem até um salário mínimo, sendo que 14,29% disseram não possuir outra fonte de renda.

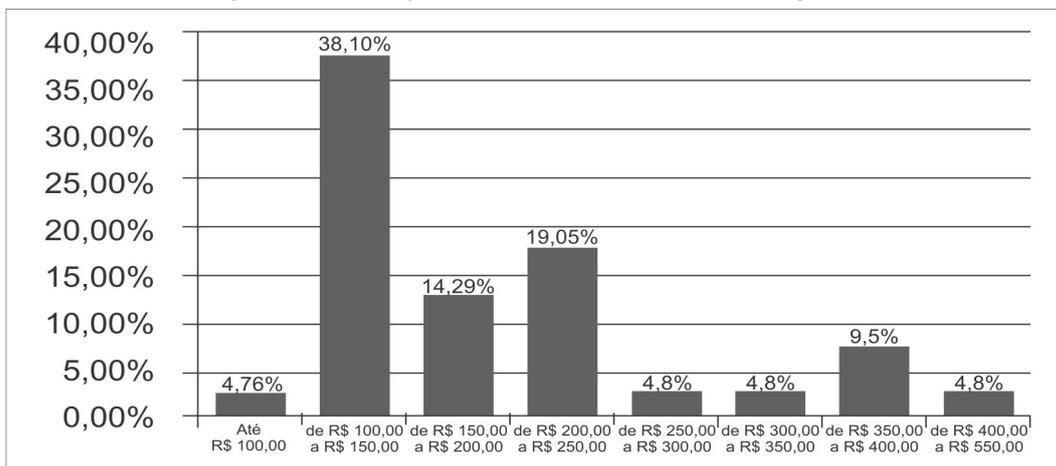
Gráfico 03: Sobre o setor que os beneficiários do Programa Bolsa Família trabalham:



Fone: Questionário Programa Bolsa Família/Almas/TO setembro/2015.

Conforme mostra o gráfico acima, todos os beneficiários do Programa Bolsa Família entrevistados, responderam não ter carteira assinada, sendo que a maioria absoluta trabalhadores rurais e autônomos.

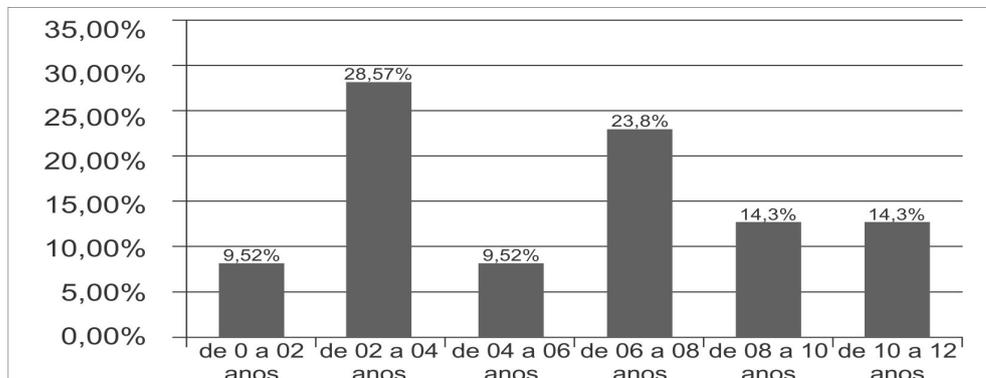
Gráfico 04: Com relação aos valores que os beneficiários recebem do Programa:



Fone: Questionário Programa Bolsa Família/Almas/TO setembro/2015.

No gráfico está evidente que, os valores dos benefícios que os entrevistados declararam que recebem chegam até R\$ 550,00, sendo que a maior parte recebe entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 reais.

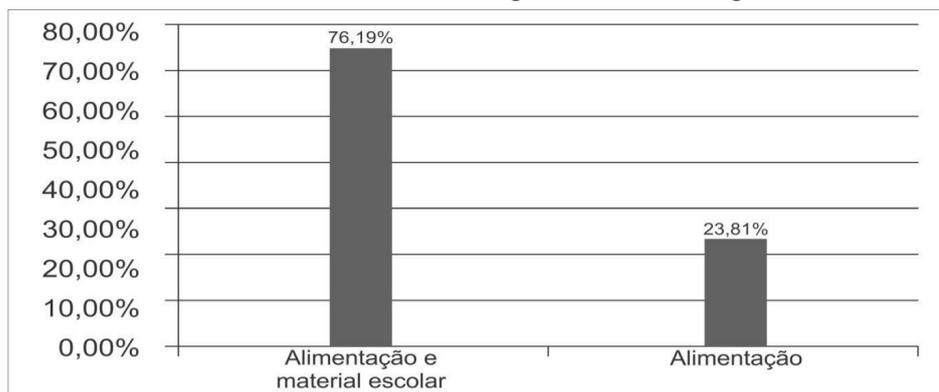
Gráfico 05: O tempo que os entrevistados são beneficiários do Programa Bolsa Família:



Fone: Questionário Programa Bolsa Família/Almas/TO setembro/2015.

Conforme mostra o gráfico acima, o tempo que os beneficiários recebem os benefícios mensalmente chega até 12 anos, sendo que a maioria possui entre dois a quatro anos de benefícios.

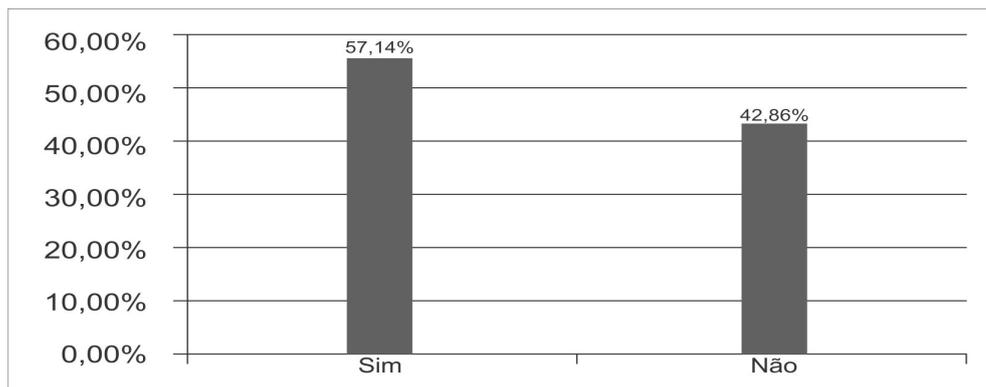
Gráfico 06: Sobre onde os beneficiários do Programa Bolsa Família gastam o dinheiro:



Fone: Questionário Programa Bolsa Família/Almas/TO setembro/2015.

O gráfico acima mostra que os beneficiários entrevistados, a maioria respondeu que gasta o valor do benefício com alimentação e material escolar, e o restante afirmou que gasta o dinheiro somente com alimentação.

Gráfico 07: Sobre o controle das contas a pagar com base nos valores que têm a receber no fim do mês:

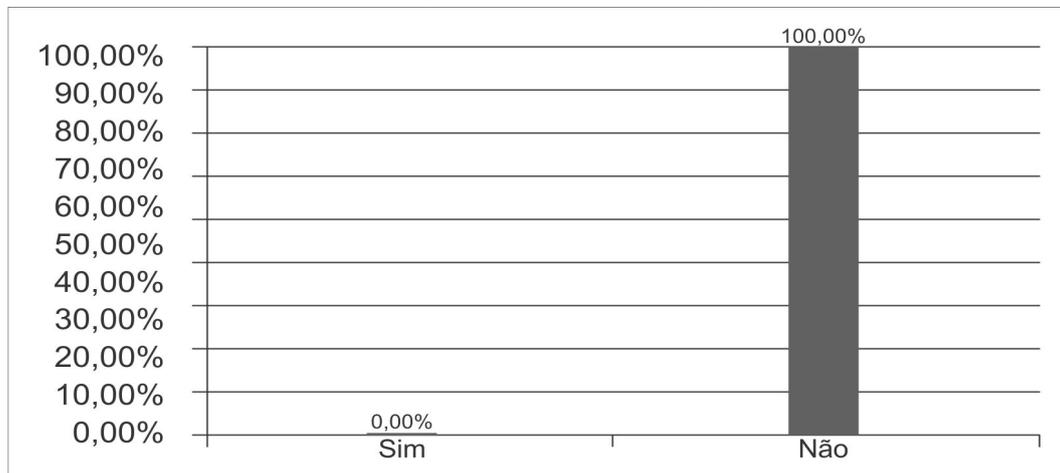


Fone: Questionário Programa Bolsa Família/Almas/TO setembro/2015.

Conforme o gráfico, pode-se aferir que a maioria dos entrevistados afirmaram que controlam suas contas a pagar com base nos valores que tem a receber no final do mês.

Conforme mostra o gráfico acima, a maioria absoluta dos entrevistados respondeu que não fazem nenhuma aplicação financeira, visando uma estabilidade financeira no futuro.

Gráfico 08: Sobre empréstimo para pagar com o dinheiro do programa bolsa família:



Fone: Questionário Programa Bolsa Família/Almas/TO setembro/2015.

O gráfico acima, mostra de forma evidente que nenhum dos entrevistados do fez empréstimos para pagar com o dinheiro que recebem do programa. Diante dos resultados expostos, a seguir serão apresentadas a análise dos resultados deste artigo.

Análise dos resultados

Analisando esses resultados à luz dos das informações obtidas na pesquisa de campo, pode-se inferir que o Programa Bolsa Família no Município de Almas/TO, interfere diretamente nas condições de vida das pessoas beneficiárias. Nota-se que as pessoas beneficiárias, não estão inseridas em programas de qualificação profissional, pelo fato do poder público local não oferecer políticas públicas com essa finalidade, o que pode contribuir para continuarem na dependência financeira dos recursos oriundos do Programa Bolsa Família.

Percebe-se, entretanto, que cerca 76,19% dos beneficiários utilizam o dinheiro com alimentação e material escolar, enquanto o restante 23,81% gasta o dinheiro exclusivamente com a alimentação. Caso estas famílias percam essa fonte de renda, levará o comércio local a uma recessão econômica tendo como consequência a falência de empresas e consequentemente a redução da arrecadação do município.

Assim, avalia-se que os beneficiários do Programa Bolsa Família de Almas/TO, praticam planejamento financeiro familiar compatível com a situação econômica que estão inseridos, fato que permite a correlação dos elementos contábeis, escriturações, demonstrações e análises com as necessidades da entidade familiar.

Considerações finais

Concluindo o trabalho, retomam-se os objetivos iniciais para apresentar a análise conclusiva em relação a seus resultados tendo como parâmetro o problema e hipóteses levantadas no início da pesquisa. O objetivo desse trabalho foi conhecer as estratégias utilizadas pelos beneficiários do Programa Bolsa Família do Município de Almas/TO, para estabelecer um planejamento financeiro familiar compatível com a situação econômica dessa classe social.

Foi constatado que os beneficiários do Programa Bolsa Família de Almas/TO, não possuem outra fonte de renda, valendo-se tão somente da ajuda do Governo Federal. Logo, a maioria dos beneficiários controla os valores das contas a pagar com as receitas a receber no final do exercício, controle este, por mais simples que seja, é caracterizado como um planejamento financeiro familiar

de curto, médio ou longo prazo.

Nota-se ainda que os beneficiários do Programa, não fazem empréstimos para quitar com o dinheiro da Bolsa Família. Por outro lado, foi constatado que a maioria absoluta dos beneficiários entrevistados não designa parte de suas rendas para investimentos, visando retorno a curto, médio e longo prazo. Logo, a hipótese apresentada foi confirmada, pois somente umas minorias dos beneficiários declararam que fazem aplicações financeiras.

Portanto, com o término deste trabalho, foi possível identificar elementos que podem ser aprofundados em pesquisas futuras. Nesse sentido, recomenda-se que sejam executadas pesquisas científicas, com o intuito de analisar com maior profundidade o fenômeno do Programa Bolsa Família, bem como, a vulnerabilidade e as possibilidades de inclusão social dos beneficiários. Dessa forma, os objetivos propostos foram atingidos e pode-se responder à pergunta apresentada no início deste trabalho.

Em síntese, vale salientar que o desdobramento deste estudo contribuirá para uma reflexão dos agentes envolvidos nas políticas públicas sociais de distribuição de renda, bem como sobre como se dá o processo de mobilidade social das pessoas beneficiárias dos programas de distribuição de renda na Região Sudeste do Estado do Tocantins.

Referências

ALMAS, Centro de Referência e Assistência Social-CRAS. **Programa bolsa família**, agosto de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de (1988)**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 6 de setembro/2015.

CARNEIRO, Murilo. **Orçamento Familiar: Felicidade e dinheiro podem se da mesma família**. Ribeirão Preto. Ed. 2014.

CERBASI, Gustavo. **O que é planejamento financeiro?** Disponível em: <http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/o-que-e-planejamento-financeiro.html>. Acesso em: 10 set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

COSTA, José Manoel da. **Contabilidade Básica: Ciências Contábeis**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE (FBC). **Orçamento Familiar e o Controle Social: Instrução de Organização da Sociedade**. ed 2. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/orcamento_familiar.pdf. Acesso em: 05 set. 2017.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de Administração**. São Paulo Saraiva, 2004.

MACEDO, Jurandir Sell Jr. **A árvore do dinheiro: Guia para cultivar sua independência financeira**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, Antonio Carlos Ferreira. **Orçamento estratégico: uma nova ferramenta para aumentar a lucratividade e competitividade de sua empresa no curto prazo**. Campinas: Alínea, 2001.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: **Apostila Condicionabilidades 2009**. www.mds.gov.br/ acesso em 01 de set./2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: www.mds.gov.br/ acesso em 01 de set./ 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: **Apostila Gestão de Benefícios, 2009.** www.mds.gov.br/programabolsafamilia/capacitacao/manuais acesso em 01 de set./ 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: **Apostila de Programas Complementares, 2009.** www.mds.gov.br/programabolsafamilia/capacitacao/manuais acesso em 01 de Set./2015. de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: **Apostila Panorama da Gestão do PBF 2009** www.mds.gov.br/programabolsafamilia/capacitacao/capacitacao/arquivos_manuais/apostila-panorama-gestaodo-pbf.pdf acesso em 01 de set./ 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família.** Ed 2. Brasília, 2013.

POLICE, Valter Jr. **Meu Planejamento Financeiro.** [S.l.]: Buqui, 2014.

ROSS, Stephen A., WERTERFIELD, Randolph W., JORDAM, Bradford D. **Princípios de administração financeira.** tradução Antonio Zoratto Sanvicente. – São Paulo: Atlas, 1998.

SECCHI, L. **Políticas públicas conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 168p.

SETAS, Secretaria Trabalho e Assistência Social. **Programa Bolsa Família.** Disponível em <http://www.setas.to.gov.br>. Acesso em 01 set./2015.

SILVA, Murilo Melo. **Planejamento financeiro, porque é importante,** A importância do Planejamento Financeiro. Não planejar custa caro! 2012. Disponível em: <http://www.dinheirointeligente.com.br/website/artigo>. Acesso em: 10 set. 2017.

Recebido em 19 de dezembro de 2017.

Aceito em 5 de março de 2018.